



Resposta à interpelação escrita apresentada pelo deputado à Assembleia Legislativa, Ho Ion Sang

Em cumprimento das instruções da Chefe do Executivo, interina, apresento a seguinte resposta à interpelação escrita do Sr. Deputado Ho Ion Sang, de 30 de Janeiro de 2018, enviada a coberto do ofício n.º 177/E115/VI/GPAL/2018 da Assembleia Legislativa de 9 de Fevereiro de 2018 e recebida pelo Gabinete do Chefe do Executivo em 14 de Fevereiro de 2018:

O Governo da RAEM aposta na formação de quadros diversificados, incluindo elites, quadros qualificados e quadros técnico-profissionais. O ensino técnico-profissional é um elemento importante do sistema educativo de Macau, assumindo um papel importante no desenvolvimento sustentável dos sectores locais. O Governo da RAEM, por um lado, através do investimento em recursos e na orientação de políticas, incentiva as escolas a ministrarem cursos do ensino técnico-profissional e realiza, de forma dinâmica, a divulgação e promoção, para aumentar os conhecimentos dos encarregados de educação, docentes e alunos de Macau acerca deste ensino. Por outro lado, empenha-se no aumento da criação de locais, instalações e cursos do ensino técnico-profissional, no melhoramento dos respectivos diplomas legais e no estabelecimento de regime, promovendo activamente o desenvolvimento do ensino técnico-profissional.

Estímulo às escolas para a criação do curso do ensino técnico-profissional



O Governo da RAEM atribui grande importância ao ensino técnico-profissional, existindo, actualmente, 9 escolas oficiais e particulares, que leccionam este tipo de ensino, que criaram 33 cursos no ensino secundário complementar, com um total de 83 turmas. Para além de proporcionar os subsídios da escolaridade gratuita e de propinas, no âmbito da educação regular, atribui ainda às escolas particulares que criaram estes cursos, através do “Plano de Financiamento para os Cursos do Ensino Técnico-Profissional” do Fundo de Desenvolvimento Educativo, subsídios para as despesas de leccionação, despesas correntes e despesas para renovação de equipamentos, e subsídios, aos alunos do ensino técnico-profissional no âmbito do ensino recorrente. A Direcção dos Serviços de Educação e Juventude (DSEJ) recolhe, em cada ano lectivo, junto de todas as escolas de Macau, as informações sobre o prosseguimento dos estudos e o emprego dos finalistas do ensino secundário complementar (incluindo os alunos do ensino técnico-profissional) do ano lectivo seguinte, de acordo com as quais, 88% dos finalistas do ensino técnico-profissional da educação regular, do ano lectivo de 2017/2018, prosseguiram os estudos no ensino superior, entre os quais, 45,3% se encontravam ainda a frequentar cursos relacionados no ensino superior; 2% finalistas dedicaram-se ao emprego e 50% deles escolheram os sectores relacionados.

Melhoramento do sistema do ensino técnico-profissional

O ensino técnico-profissional é um elemento importante do sistema educativo de Macau, ocupando um papel importante no desenvolvimento económico de Macau a longo prazo e no aumento da capacidade de empregabilidade dos residentes. Para promover o desenvolvimento do ensino técnico-profissional de forma positiva, o Governo da RAEM



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
教育暨青年局
Direcção dos Serviços de Educação e Juventude

continua, por um lado, a aumentar o investimento, para reforçar a criação dos locais, instalações, cursos deste ensino e a formação profissional e por outro lado, a trabalhar para o melhoramento dos respectivos diplomas legais e no estabelecimento de regime. Nos termos da Lei n.º 9/2006 (Lei de Bases do Sistema Educativo Não Superior), o ensino técnico-profissional visa a formação de técnicos de nível intermédio e no ensino secundário complementar podem ser criados cursos técnico-profissionais.

Tendo em consideração o Decreto-Lei n.º 54/96/M (Educação técnica e profissional), de 16 de Setembro, em vigor há muitos anos, surgiu a necessidade de ser alterado e actualizado. Neste sentido, a DSEJ encomendou a uma associação profissional de investigação a realização de um Estudo sobre o Método de Desenvolvimento do Ensino Técnico-Profissional de Macau, para o qual a equipa encarregue realizou uma investigação *in loco* e análise comparativa, em Julho de 2014, além de encontros com empresas, associações e indivíduos profissionais dos sectores, serviços públicos competentes, instituições de formação, organizações de alunos e escolas que ministraram cursos deste tipo de ensino, para recolher, amplamente, os pareceres das partes envolvidas. Em Julho de 2016, a equipa de estudo apresentou o conteúdo do relatório de estudo ao Conselho de Educação para o Ensino Não Superior, associações e instituições referidas, para obter as respectivas opiniões e reflexões do pessoal envolvido. O relatório de estudo analisou as características, estado de desenvolvimento, problemas existentes e as tendências de desenvolvimento internacional deste ensino sobre Macau.

O ponto crucial no ensino técnico-profissional é a cooperação entre o governo, as empresas e as escolas. Entre Fevereiro e Março de 2017, a



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
教育暨青年局
Direcção dos Serviços de Educação e Juventude

DSEJ visitou 18 associações e instituições, incluindo empresas e associações profissionais de sectores relacionados com este tipo de ensino, instituições de formação, instituições do ensino superior, escolas do ensino técnico-profissional e associações, entre outros, para realizar intercâmbios, e obter informações acerca das necessidades deste ensino e o seu estado de desenvolvimento, recolhendo, de forma ampla, as opiniões.

Para determinar a orientação para a revisão dos diplomas legais deste ensino, o Conselho de Educação para o Ensino Não Superior criou um grupo especializado do ensino técnico-profissional, em Fevereiro de 2017, para o qual convidou, além dos membros deste Conselho, membros do Conselho de Juventude, empresas e diversos serviços funcionais, para discutirem o rumo do desenvolvimento deste ensino em Macau. O grupo especializado reuniu 8 vezes, entre Março e Outubro, para discutir a reforma e o desenvolvimento, bem como políticas, medidas, orientação e pontos essenciais da revisão dos diplomas legais do ensino técnico-profissional de forma a elaborar os documentos para a consulta pública.

A DSEJ pretende realizar a consulta pública no segundo trimestre de 2018 e, de seguida, encetar o processo legislativo. Os diplomas legais do ensino técnico-profissional, com novas alterações, tomaram como referência a reforma, tendências de desenvolvimento e experiências deste ensino, a nível mundial, tendo em conta a situação real de Macau e as necessidades de desenvolvimento económico-social, empenhando-se no aprofundamento da cooperação entre as escolas, empresas, associações e indivíduos profissionais, para o melhoramento do sistema e do regime do ensino técnico-profissional, numa perspectiva de articulação da educação com a indústria e das respectivas medidas de garantia, de modo a formar



talentos com competências profissionais de alta qualidade para o desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau.

A orientação e pontos principais da revisão dos diplomas legais dependem da participação profunda dos sectores envolvidos, do reforço da cooperação entre escolas e empresas, do aperfeiçoamento da estrutura curricular, tendo em conta as necessidades do emprego e prosseguimento de estudo dos alunos, do aumento das opções dos cursos, da melhoria da qualidade dos cursos técnico-profissionais, da elevação da capacidade profissional dos alunos, da formação com maior esforço dos talentos necessários para as novas indústrias, para fornecer uma garantia de recursos humanos para o desenvolvimento sustentável de Macau, e garantir, no sistema, o apoio financeiro do Governo para o ensino técnico-profissional, obter o reconhecimento dos pais e encarregados de educação e atrair a frequência de mais alunos, de modo a promover a inovação deste ensino.

Empenho para promover a construção de instalações e locais educativos do ensino técnico-profissional

O Governo da RAEM atribui grande importância ao desenvolvimento educativo de Macau e, de acordo com o desenvolvimento social e as mudanças na demografia em diversas zonas, planeia as diferentes instalações educativas para satisfazer as necessidades educativas dos residentes. Neste âmbito, a DSEJ recebeu a notificação da Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes (DSSOPT) em Setembro de 2013, relativa a um terreno, com uma área de 7.007 metros quadrados, no lote CN6a, em Seac Pai Van em Coloane, para ser utilizado para a construção de instalações educativas e outras estruturas relacionadas. Após



a análise sintética, em relação à área deste terreno e à área bruta de utilização, tendo em consideração o desenvolvimento educativo global de Macau, incluindo o aumento da população que vive ao redor de Seac Pai Van e a procura e oferta das vagas escolares, a DSEJ planeou a construção, neste terreno, de uma escola oficial, para os ensinos infantil, primário e secundário, com uma capacidade máxima de 1.365 alunos, e ainda de um centro de prática do ensino técnico-profissional e de um centro de formação linguística.

O centro de prática do ensino técnico-profissional visa formar e desenvolver as capacidades e competências de aplicação profissional e de vida quotidiana e cultivar talentos de nível técnico-profissional para Macau. O centro disponibiliza as áreas de “culinária internacional”, “convenções e exposições, vestuário e moda e cenografia” e “indústrias culturais e criativas”, oferecendo também acções de formação e actividades orientadas por instrutores profissionais; disponibiliza ainda salas específicas para as aulas e estágio. As actividades de formação deste centro cooperam principalmente com instituições profissionais relacionadas.

A DSEJ planeou e completou a proposta das obras para as instalações educativas deste terreno, conforme a planta de alinhamento emitida pela DSSOPT. Em Agosto de 2014, ao abrigo da “Lei do planeamento urbanístico”, que entrou em vigor em Março daquele ano, a DSSOPT emitiu novos pareceres sobre as condições do planeamento do desenvolvimento dos projectos, incluindo a necessidade da entrega do relatório de avaliação de ventilação do ar, do plano de compensação arbórea e do relatório de avaliação de impacto ambiental.



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
教育暨青年局
Direcção dos Serviços de Educação e Juventude

Em seguida, a DSEJ iniciou comunicações com a DSSOPT, Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego, Corpo de Bombeiros (incluindo a Comissão de Segurança dos Combustíveis), Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, Direcção dos Serviços de Assuntos Marítimos e de Água, Companhia de Electricidade de Macau, Sociedade de Abastecimento de Águas de Macau, entre outros, e após as alterações decorrentes das opiniões emitidas por estas partes, realizou, de imediato, os trabalhos do concurso. Em 2017, a DSEJ realizou o concurso público e recebeu propostas de 17 empresas, 15 das quais foram admitidas. Os trabalhos de apreciação das propostas foram, entretanto, concluídos e a obra foi adjudicada com um valor de adjudicação de cerca de setecentos e sessenta milhões de patacas. A obra começou no início do ano 2018, com um prazo de execução previsto de cerca de dois anos.

No futuro, o Governo da RAEM continuará a melhorar, através do investimento em recursos, orientação política, promoção e divulgação, o conhecimento e reconhecimento da sociedade sobre o ensino técnico-profissional; acelerando a criação do respectivo diploma legal, regime, cursos, locais e instalações, para promover, positivamente, o desenvolvimento do ensino técnico-profissional.

Aos 28 de Fevereiro de 2018.

O Director

Lou Pak Sang